

PODCAST DO CORREIO / Integrante do Conselho Nacional de Justiça, jurista Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho garante que a nova tecnologia é um recurso a mais concedido ao julgador para a tomada de decisão

IA vem para agilizar Judiciário

» ARTHUR DE SOUZA

A utilização da inteligência artificial será, em breve, uma realidade no Poder Judiciário, mas não a ponto de substituir o julgador. Foi o que garantiu o jurista Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, em entrevista, ontem, aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg para o **Podcast do Correio**. Conforme frisou, a IA vem para agilizar o andamento dos processos e facilitar o andamento das tomadas de decisão.

“Se a maior crítica que o Judiciário sofre é sobre a lentidão, a inteligência artificial vai trazer uma ferramenta para enfrentar o problema da quantidade de processos que se avolumam”, observou Bandeira de Mello, que é integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ex-secretário-geral da Mesa Diretora do Senado.

Ele frisa que ninguém precisa se preocupar, pois não haverá julgamentos por robôs. “Isso não vai acontecer. A regulamentação que foi criada é bastante rigorosa nesse sentido de exigir a figura do juiz decidindo para onde vai o caso e em que sentido vai ser julgado”, afirmou.

Segundo Bandeira de Mello, uma vez que o juiz decida dar procedência ou não ao caso, um sistema previamente treinado pode fazer uma minuta de um arrazoado, relatando o relatório da sentença. Ou até mesmo um arrazoado, trazendo, com base nos entendimentos que o juiz proferiu anteriormente, o entendimento do caso concreto. “Isso funciona maravilhosamente bem. Temos vários testes em andamento na

Wanderlei Pozzebom/CB/D.A Press



Se a maior crítica que o Judiciário sofre é sobre a lentidão, a inteligência artificial vai trazer uma ferramenta para enfrentar o problema da quantidade de processos que se avolumam”

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, membro do Conselho Nacional de Justiça

Justiça do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul”, afirmou.

Questionado sobre qual é a segurança que esse novo sistema trará, de que o próprio juiz não utilizará o parecer produzido por IA, Bandeira de Mello observa que a parte dispositiva da sentença — quando o magistrado diz se é procedente, improcedente, se condena, se absorve etc. — ficará nas mãos do julgador. “A gente tem métricas e estratégias para identificar o eventual mau uso de inteligência artificial”, alertou.

Transparência

Com a experiência de quem

atuou na Mesa Diretora do Senado, Bandeira de Mello foi enfático ao afirmar que os valores solicitados nas emendas parlamentares precisa ser revisto. “Eram de R\$ 12 bilhões, passaram para R\$ 20 bilhões, depois para R\$ 35 bilhões e, agora, estão em R\$ 50 bilhões. Tem que ter moderação. Uma vez definida essas questões, a forma como o Congresso vai aplicá-las é uma decisão do Legislativo”, disse.

Bandeira de Mello ressaltou que a fiscalização das emendas é imprescindível. “Nesse ponto, o ministro (do Supremo Tribunal Federal, Flávio) Dino tem razão. Já que essas emendas estão indo beneficiar o município, vamos

dizer quem é que está pedindo por elas. Jogar o dinheiro na conta do município livremente, sem nenhuma destinação, gera um problema maior, porque você não tem um planejamento nacional desse recurso”, destacou.

Ao analisar o retorno de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) ao comando do Senado, Bandeira de Mello lembrou a trajetória do parlamentar. “Davi chega pela primeira vez à presidência do Senado em 2019. Uma vez lá, ele mostrou a que veio. Enfrentou a pandemia, conseguindo dar respostas, como as questões do Auxílio Brasil, do financiamento dos estados e a compra da vacina. Além disso, o Senado foi o

primeiro parlamento do mundo a conseguir deliberar durante a pandemia”, recordou.

Segundo o ex-secretário-geral da Mesa Diretora do Senado, Alcolumbre também se mostrou, desde o início, muito empenhado em defender o pleito dos pares. “Já o vi, várias vezes, indo a um ministério, acompanhado de algum senador, perguntando por que tal emenda ainda não tinha saído. Acho que essa questão das emendas pode ter ajudado, sim, mas é algo legítimo. O Davi conseguiu mostrar que é um político de mão cheia”, elogiou.

Autor da publicação *Impeachment à brasileira*, Bandeira de Mello Filho também comentou sobre o as-

sunto no podcast. Ao comentar a possibilidade de o impedimento de presidente da República tornar-se um dispositivo político vulgarizado por grupos políticos insatisfeitos, ele ressaltou que a diferença fundamental para outros países é que, neles, o chefe de Estado segue no cargo depois de aberto o processo.

“Ele continua com os instrumentos políticos na mão para garantir uma maioria no julgamento final do Senado. No Brasil, o presidente é afastado do cargo e perde, evidentemente, o poder da política. A depender do tamanho da lealdade do seu vice, esse poder pode ser usado contra”, analisou.



**CB
FÓRUM**

ALAVANCAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: PERSPECTIVAS E DIÁLOGO ENTRE OS SETORES DE SEGUROS E FRANQUIAS

O Correio Braziliense promove o CB Fórum: “Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias”. Combinando inovação e novas leis, esses setores, que somam quase 10% do PIB, são motores do desenvolvimento econômico no Brasil. O evento reunirá autoridades, líderes do mercado, especialistas e reguladores para discutir desafios e oportunidades, criando incentivos para um ambiente de negócios sustentável que impulse o crescimento e promova segurança jurídica para todos os envolvidos.

13/02
a partir de 09h30

Local: Auditório do Correio Braziliense
SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor de
Indústrias Gráficas, Brasília, DF

**EVENTO PRESENCIAL COM
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO**



**Acompanhe a transmissão
ao vivo no site e redes sociais**

REALIZAÇÃO:

**CORREIO
BRAZILIENSE**
www.correio.braziliense.com.br

APOIO:

Prudential

APOIO INSTITUCIONAL:

CNseg